



CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 3.607, de 17/10/05, D.O.U. nº 202, de 20/10/2005
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

DÉBORAH PEREIRA AMORIM

ADOLESCENTES E O USO DE DROGAS: reflexões acerca das
estratégias de prevenção

Palmas-TO

2015

DÉBORAH PEREIRA AMORIM

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado e apresentado como requisito final para obtenção do diploma de Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientadora: Profª Dra. Rosana Carneiro Tavares

Palmas-TO**2015**

A524a Amorim, Déborah Pereira
Adolescentes e prevenção ao uso de drogas: um estudo
bibliográfico. / Déborah Pereira Amorim / Palmas, 2015.
45 fls.; 29 cm.

Orientação: Prof^a. Rosana Carneiro Tavares
TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Bacharel em
Psicologia - Centro Universitário Luterano de Palmas. 2015

1. Adolescente. 2.Drogas - Prevenção. 3. Políticas
Públicas sobre drogas (SISNAD). I. Título II. . Rosana
Carneiro Tavares III. Psicologia.

CDU: 159.9

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária – Maria Madalena Camargo – CRB-8/298

UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL - ULBRA
CURSO DE PSICOLOGIA
Prática Organizacional

PARECER DE VIABILIDADE

Ao analisar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), elaborado pela aluna Déborah Pereira Amorim – 083000501-8, intitulado: **ADOLESCENTES E O USO DE DROGAS: reflexões acerca das estratégias de prevenção**, constato que o mesmo atende as exigências necessárias para ser encaminhado à banca examinadora.

Palmas, _____ de _____ de _____.

Profª Dra. Rosana Carneiro Tavares

DÉBORAH PEREIRA AMORIM

ADOLESCENTES E O USO DE DROGAS: reflexões acerca das estratégias de prevenção

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado e apresentado como requisito final para obtenção do diploma de Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientadora: Profª Dra. Rosana Carneiro Tavares

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra. Rosana Carneiro Tavares

Presidente

Prof MSc. Wayne Francis Mathews

Primeiro integrante

Prof^a Esp. Lauriane dos Santos Moreira

Segundo integrante

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que permitiu que tudo isso acontecesse ao longo da minha trajetória, não somente nestes anos como universitária, mas em todos os momentos de minha vida.

À instituição CEULP ULBRA, pela oportunidade de fazer o curso.

À minha orientadora Rosana Tavares, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Agradeço a todos os professores por me proporcionarem o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, pelo tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender.

Agradeço à minha mãe Maria de Jesus Pereira de Amorim, pelo amor, pelo apoio incondicional e o incentivo que me deu nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

Obrigada à minha irmã e sobrinha, que nos momentos de minha ausência dedicados ao ensino superior, sempre me apoiaram e incentivaram a continuar.

Obrigada, aos meus avós, primos e tias, pela contribuição valiosa! Principalmente ao meu tio Josué Pereira de Amorim, pela ajuda financeira com bolsa de estudo, para que o meu sonho se tornasse realidade.

Meus agradecimentos ao meu namorado, Sérgio Santos Batista, pela paciência em dias de choro, de conquista e profundo estresse, com a realização deste trabalho. Às amigas Cleane, Mykaelle, Ariane, Jordana, Ruth e Dilean, companheiras de trabalhos e irmãs na amizade, fizeram parte da minha formação e vão continuar presentes em minha vida com certeza.

RESUMO

Este trabalho se configura uma revisão bibliográfica sobre o uso de drogas e as ações de prevenção desenvolvidas com adolescentes. Tem por objetivo verificar o que se tem produzido na atualidade, em revistas científicas, sobre essa temática. Dessa forma, o método utilizado foi fazer uma revisão da literatura, buscando compreender as políticas sobre drogas e o uso pelos adolescentes, bem como o papel da prevenção. Para analisar as produções atuais, buscou-se artigos científicos, publicados a partir do ano de 2010, sobre cursos preventivos, drogas e adolescentes. Os resultados encontrados foram 19 artigos, a maioria destes, apontavam a necessidade de melhorias na prevenção ao uso de drogas, a importância da escola como um espaço de prevenção e o papel da família como principal agente de influência no uso ou não pela população adolescente. Acerca dos dados encontrados nota-se que há uma grande necessidade de desenvolvimento de cursos preventivos ou programas de prevenção ao uso de drogas, voltados principalmente para os adolescentes.

Palavras-Chaves: Psicologia, adolescentes, cursos preventivos, uso de drogas e prevenção.

ABSTRACT

This work constitutes a literature review on the use of drugs and the actions developed with teenagers. It aims to verify what we have produced today, in scientific journals on this subject. Thus, the method used was to make a literature review, aiming to understand the policies on drugs and the use by adolescents, and the role of prevention. To analyze current productions, sought to scientific articles published from the year 2010 on preventive courses, drugs and teenagers. The results were 19 articles, most of these, pointed to the need for improvements in the prevention of drug use, the importance of school as a place of prevention and the role of the family as the primary agent of influence on whether or not the adolescent population. About the data found to note that there is a great need to develop preventive courses or programs to prevent drug use, primarily targeted at teenagers.

Key Words: Psychology, adolescents, preventive courses, drug use and prevention.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEULP	Centro Universitário Luterano de Palmas
CONAD	Conselho Nacional de Política sobre Drogas
D.A.R.E	Drug Abuse Resistance Education
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
OMS	Organização Mundial de Saúde
PNAD	Política Nacional Sobre Álcool E Outras Drogas
PROERD	Programa de Resistência às Drogas e à Violência
SISNAD	Sistema Nacional De Políticas Públicas Sobre Drogas

SUMÁRIO

1.		
INTRODUÇÃO		11
2. CRIANÇAS E ADOLESCENTES, DESENVOLVIMENTO HUMANO E USO DE DROGAS		13
3. UM BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS SOBRE DROGAS		18
4. SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS (SISNAD)		23
4.1. PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA (PROERD)		25
5. METODOLOGIA		27
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO		28
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS		33
REFERÊNCIAS		34
APÊNDICES		43

1. INTRODUÇÃO

Este estudo é um Trabalho de Conclusão de Curso relacionado com a área da Psicologia, se configura como uma revisão bibliográfica, cujo objetivo é verificar o que tem se produzido em revistas científicas sobre prevenção do uso de drogas com adolescentes. Dessa forma, pretende-se saber se o que tem sido publicado sobre essa temática faz referência a cursos preventivos, ministrados com adolescentes em fase de ensino fundamental, como o faz o Programa de Resistência às Drogas e à violência (PROERD), pois é um programa realizado pela Polícia Militar no intuito de prevenir o uso de drogas em adolescentes e combater a violência.

A questão problema deste trabalho é refletir sobre o que está sendo publicado, com relação à prevenção ao uso de drogas com adolescentes de 12 a 15 anos. Este estudo se justifica pela importância de conhecer sobre cursos preventivos para adolescentes e compreender como eles estão sendo avaliados e investigados cientificamente.

Na atualidade, existem muitos casos de uso de drogas em diferentes fases do desenvolvimento humano, inclusive na infância. Algumas pesquisas, como a

desenvolvida pela Fiocruz, realizada por Bastos e Bertoni (2013), apresentam a “Estimativa do número de usuários de crack e/ou similares nas Capitais do País” e trazem dados de que o uso de drogas está aumentando em crianças e adolescente. De acordo com a pesquisa da Fiocruz, na população cerca 370 mil são usuários de crack e/ou similares estimados, e tem-se que cerca de 14% são menores de idade, o que representa aproximadamente 50 mil crianças e adolescentes que fazem uso dessas substâncias nas capitais do país.

De acordo com o Censo 2010 do IBGE, no Brasil, há em média 64 milhões de crianças e jovens, dos quais 29 milhões têm entre 0 e 9 anos e 35 milhões são jovens entre 10 e 19 anos. Desse modo existem várias discussões sobre o tema em busca de soluções amplas para a questão.

Este trabalho tem relevância social, acadêmica e pessoal por buscar compreender ações preventivas do uso de drogas entre a população adolescente. Tem relevância social porque a prevenção, independentemente de qual área seja, é deficitária no Brasil, tanto no âmbito do combate ao uso de drogas e à prática de violência, quanto na saúde, com prevenção de alguma doença específica. Seibel e Toscano (2001, p. 43) propõem que:

[...] a melhor maneira de abordar o problema do uso e abuso de drogas entre os jovens é a prevenção. E quando se fala em atuar com jovens, a escola é sempre lembrada como o local de excelência onde esta tarefa deve se desenvolver.

Este trabalho tem relevância acadêmica porque possibilita conhecer a produção científica a respeito da prevenção ao uso de drogas com adolescentes ainda na fase do ensino fundamental, momento em que o uso de droga ainda não ocorreu ou está em fase inicial, portanto sugerindo que a prevenção seria uma importante estratégia.

Sua relevância pessoal é pelo fato de proporcionar a aquisição de conhecimentos específicos aos temas do uso de drogas pelos adolescentes; das políticas públicas sobre drogas; e das possibilidades de intervenções preventivas, em interface com o conhecimento produzido pela psicologia.

2. CRIANÇAS E ADOLESCENTES, DESENVOLVIMENTO HUMANO E USO DE DROGAS

A Psicologia estuda os comportamentos humanos e todas suas fases de desenvolvimento, desde a infância até a velhice. Segundo Bock (2002):

Esta área de conhecimento da Psicologia estuda o desenvolvimento do ser humano: físico, motor, intelectual, emocional, afetivo e social, desde o seu nascimento até a idade que atinge a maturidade, estabilidade. (BOCK, 2002, pag. 97).

Nos estudos do desenvolvimento humano realizados pela psicologia destacam-se autores que se preocuparam com a fase do desenvolvimento da infância e da adolescência, como Vigotski e Piaget.

Os autores Piaget e Vigotski são interacionistas, o que constitui uma tentativa de integrar as posições dicotômicas de duas tendências teóricas que permeiam a

Psicologia em geral - o materialismo mecanicista e o idealismo - ambas marcadas pelo antagonismo inconciliável de seus postulados que separam de forma estanque o físico e o psíquico. Eles se diferem em alguns aspectos da linguagem, mas acreditam que a linguagem é de suma importância para o desenvolvimento do indivíduo. Para Piaget (2002), “a linguagem faz parte de uma função mais ampla, que é a capacidade de representar a realidade através de significados que se distinguem de significantes”.

Para Piaget (2002), o indivíduo se comporta de determinada forma nos momentos de sua vida, esse desenvolvimento é mental e orgânico. Segundo o autor, o processo da linguagem é de dentro para fora, ou seja, do indivíduo para o social. O desenvolvimento orgânico seria o amadurecimento interno fisiológico, como o sistema nervoso e endócrino, que é de suma importância para o crescimento do sujeito e o desenvolvimento mental seria as interações sociais do indivíduo desde o nascimento com a estimulação com o meio, que podem avançar ou reduzir a evolução do crescimento.

Algumas estruturas mentais acompanham o sujeito ao longo da vida e é isto que vem garantir a continuidade do desenvolvimento. Cada indivíduo assimila o meio ambiente que o cerca. É preciso, para estudar o desenvolvimento humano, conhecer as características da faixa etária para observar e compreender a individualidade de cada um. São vários os fatores que podem determinar e influenciar esse desenvolvimento: hereditariedade, crescimento orgânico, maturação neurofisiológica, meio e aspectos físico-motor, afetivo, emocional, intelectual e social (BOCK, 2002).

Segundo Piaget (2002), o desenvolvimento humano está dividido em períodos – Sensório motor, pré-operatório, operações concretas e Operações formais. O período Sensório- Motor (0-18/24 meses) é quando o bebê nasce e se sente fora de seu “mundo”, não compreende nada do que é dito e se movimenta através de reflexos inatos, aos poucos o recém-nascido passa a interagir com o meio e criar formas de sobrevivência e adaptação. No período Pré-Operatório (2-7 anos) a criança começa a usar o pensamento, planejar e organizar coisas com inteligência, pois consegue assimilar, acomodar e adaptar com o ambiente. Apresenta função simbólica e inteligência representativa: egocentrismo (a criança

acha que o mundo gira em torno dela e de suas ações) e pensamento mágico: esse pensamento faz com que alguns desejos tornem realidade.

Para este estudo, que tem como foco a fase da adolescência, que poderíamos considerar a fase dos 12 aos 18 anos, como é estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), interessa as fases destacadas por Piaget (2002) de Operações Concretas (7 a 11/12 anos) e, prioritariamente, a de Operações Formais (acima de 12 anos). No período das Operações Concretas (7-11/12 anos), Piaget (2002) destaca que a criança começa a resolver ações e pensamento lógico, operar contas, medidas, diferenciar as coisas e seus grupos, adquire noções de tempo e espaço e conservação da matéria. De acordo com Ribeiro (2005, p. 19),

Conforme Piaget, a personalidade começa a se formar no final da infância, entre 8 e 12 anos, com a organização autônoma das regras, dos valores, a afirmação da vontade. Esses aspectos subordinam-se num sistema único e pessoal e vão-se exteriorizar na construção de um projeto de vida. Esse projeto é que vai nortear o indivíduo em sua adaptação ativa à realidade, que ocorre através de sua inserção no mundo do trabalho ou na preparação para ele, quando ocorre um equilíbrio entre o real e os ideais do indivíduo, isto é, de revolucionário no plano das idéias, ele se torna transformador, no plano da ação.

De acordo com Piaget (2002), no período de Operações Formais (11/12-15/16 anos) o adolescente atinge o nível mais elevado do desenvolvimento. Assim os adolescentes deste período são capazes de pensar de maneira lógica e construir hipóteses, resolver problemas de uma maneira mais ágil e correta.

Associando as ideias de Piaget (2002) ao uso de drogas pelos adolescentes, ressalta-se a importância do meio (amigos, colegas de classe) como grandes influenciadores para o uso ou não de drogas, no período da fase final da infância ou inicial da adolescência, já que o pensamento ainda está dependente de um processo de adaptação ao mundo externo. Nesse sentido, destacam-se os seguintes fatores de Influências: os adolescentes querem encaixar em algum grupo de seu interesse, na busca de sua identidade, às vezes esse grupo pressiona esse adolescente a cometer algumas ações na qual ainda não tenha cometido, uma delas é a pressão ao uso de drogas; existem adolescentes que iniciam o uso de drogas por curiosidade, já que a curiosidade é uma característica dessa fase do desenvolvimento humano. Piaget (2002) postula que a personalidade começa a se

formar desde o nascimento, com a organização autônoma das regras, dos valores e da afirmação de seus desejos, suas vontades. Essa personalidade é influenciada pela família, a base das formas de desenvolvimento físico e mental, ela é responsável pela formação de valores e caráter do indivíduo, mas esses ensinamentos podem ser influenciados fortemente pelas companhias extras familiares.

A família costuma ser a base que temos, muitas vezes, é o modelo que seguimos. Na fase da adolescência o apoio familiar é muito importante. O papel da família na atualidade, de acordo com Chalita (2001, p. 20) é:

(...) a família tem a responsabilidade de formar o caráter, de educar para os desafios da vida, de perpetuar valores éticos e morais. Os filhos se espelhando nos pais e os pais desenvolvendo a cumplicidade com os filhos.
(...) A preparação para a vida, a formação da pessoa, a construção do ser são responsabilidades da família. É essa a célula mãe da sociedade, em que os conflitos necessários não destroem o ambiente saudável.

Esse conceito acima é voltado para o afeto que envolve as famílias atuais e formação de personalidades e habilidades dos filhos, netos e descendentes. Para Almeida, (s.d, p.15) essa afetividade:

é um domínio funcional, cujo desenvolvimento depende da ação de dois fatores: o orgânico e o social. Ao longo do desenvolvimento do indivíduo, esses fatores em suas interações recíprocas modificam tanto as fontes de onde procedem as manifestações afetivas, quanto as formas de expressão. A afetividade que inicialmente é determinada basicamente pelo fator orgânico, passa a ser fortemente influenciada pela ação do meio social.

Na visão de Buchele e Cruz (2008, p. 68):

a família é a primeira referência do homem; é como uma sociedade em miniatura. É na família, mediadora entre o indivíduo e a sociedade, que aprendemos a perceber o mundo e a nos situarmos nele. Ela é a principal responsável por nossa formação pessoal, porém não é a única.

Com isso percebe que a família é fundamental para esse adolescente, sabendo que adolescência é uma fase complicada e possui conceitos variados de acordo com os diferentes teóricos. De acordo com Piaget (2002), a adolescência é uma fase de interiorização, é aparentemente antissocial, não aceitando conselhos de adultos. Seu alvo de reflexão é a sociedade. O adolescente vive conflitos, deseja libertar-se dos adultos, porém ainda depende deles. O grupo de amigos é a sua

referência. Dessa forma esse grupo possui uma capacidade de dominação do adolescente e pode planejar suas ações padronizadas ou não.

Para Aberastury et.al. (1983, p. 36) “o período da adolescência, é mais suscetível devido ser um período de transição, de insatisfação, insegurança, incertezas e experimentação de limites recursos”.

Para Vigotski (1984, p. 30), a linguagem é adquirida pelo meio social. Vigotski (1984) destaca “raízes genéticas do pensamento e da linguagem – linguagem é considerada como instrumento mais complexo para viabilizar a comunicação, a vida em sociedade”. Vigotski, teórico também do desenvolvimento humano, construiu com Luria e Leontiev, propostas inovadoras sobre relações entre pensamento e linguagem, natureza do processo de desenvolvimento da criança e o papel da instrução.

Para Vigotski (2010), é fundamental a figura do adulto mediador para o desenvolvimento da criança, pois será ele quem auxiliará a criança e o adolescente nas significações das novas informações que ele irá ter acesso nessa fase do desenvolvimento. Sendo assim, as informações sobre drogas e a presença constante do diálogo, com o recurso linguístico para a produção de sentidos e significados sobre o uso de drogas com os adultos cuidadores, é uma importante estratégia preventiva ao uso abusivo e, conseqüentemente, à dependência.

Dessa maneira, esse adolescente terá um apoio nesse período do desenvolvimento. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, também ampara a criança e o adolescente, no Art. 2º, da Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, vem dizer que são consideradas crianças, todas as pessoas até “doze anos de idade incompletos”, e adolescentes aquelas entre “doze e dezoito anos de idade”. Para efeito deste trabalho, foi adotada a definição que o ECA utiliza e na qual prega que a adolescência é compreendida dos 12 aos 18 anos, embora a definição concebida pela Organização Mundial de Saúde – OMS, seja de que a adolescência compreende o período de 10 a 20 anos. Optou-se pelo ECA, pois a faixa etária do mesmo está próxima da idade em que o PROERD aplica o curso preventivo.

As crianças e os adolescentes têm seus direitos assegurados pela Constituição Federal. De acordo com o ECA, todos os cuidados, deveres e responsabilidades, no que tange ao direito da criança e do adolescente devem ser considerados prioridade absoluta. O ECA veio em substituição ao “código de

menores” e apresenta uma nova visão aos direitos da criança e do adolescente (ALBORNOZ, 2006 p. 43).

O Art. 3º dessa Lei traz como uma das disposições gerais que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990, s.p.)

No Art. 4ª da mesma Lei:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

O artigo Art. 86, dispõe que a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios (BRASIL, 1990).

Os direitos da criança e do adolescente, para serem efetivamente assegurados, necessitam do envolvimento de diversos atores como a família, a comunidade e o Estado através da implementação das políticas sociais e de uma rede de atendimento sócio-assistencial articulada. Esses aspectos devem estar em sintonia em favor da criança e do adolescente.

O Conselho Tutelar existe para fiscalizar os direitos das crianças e adolescentes previstos no ECA.

As principais funções do Conselho Tutelar são:

Receber a comunicação dos casos de suspeita ou confirmação de maus tratos e determinar as medidas de proteção necessárias; Determinar matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental, garantido assim que crianças e adolescentes tenham acesso à escola; Requisitar certidões de nascimento e óbito de crianças ou adolescentes, quando necessário; atender e aconselhar pais ou responsáveis, aplicando medidas de encaminhamento a: programas de promoção à família, tratamento psicológico ou psiquiátrico, tratamento de dependência química; Orientar pais ou responsáveis para que cumpram a obrigação de matricularem seus filhos no ensino fundamental, acompanhando sua frequência e

aproveitamento escolar; Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; Encaminhar ao Ministério Público as infrações contra os direitos de crianças e adolescentes (BRASIL, 1990, p. 05).

Dessa maneira, podemos perceber que existem meios sociais para garantir os direitos de crianças e adolescentes e proteger essas crianças.

As crianças e os adolescentes possuem direitos e têm sua proteção garantida, como por exemplo, em casos de uso de álcool e outras drogas, eles são proibidos de comprar e são punidos quem vender ou fornecer a eles. Conforme o Art. 243 do ECA:

Vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, à criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida: Pena - detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave (BRASIL, 1990, p. 30)

Sendo assim, quem possibilitar ou facilitar o envolvimento de um adolescente com drogas de um modo geral, será punido perante a nossa sociedade. Fazer com que um menor de 18 anos tenha esse contato é crime.

3. UM BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Segundo Karam (2011), iniciou-se a “guerra as drogas” com uma crença na população de que a sociedade extinguiria o uso, o tráfico e os abusos de drogas. Notou-se então que esse método não foi muito eficaz, pois a proibição não fez com que as pessoas parassem de usar drogas, vender ou abusar do uso. De acordo com Karam (2011, p. 25):

(...) A proibição às selecionadas drogas tornadas ilícitas tem sido o fator central da expansão do poder punitivo e, conseqüentemente, da crescente criminalização da pobreza, globalmente registrada desde as últimas décadas do passado século XX. (...) A nociva, insana e sanguinária “guerra às drogas” – nociva, insana e sanguinária como quaisquer outras guerras – não é efetivamente uma guerra contra as drogas. Como qualquer outra guerra, não se dirige contra coisas. É sim uma guerra contra pessoas – os produtores, comerciantes e consumidores das arbitrariamente selecionadas substâncias tornadas ilícitas. Mas é ainda mais propriamente uma guerra contra os mais vulneráveis dentre esses produtores, comerciantes e consumidores. Os “inimigos” nessa guerra são os pobres, os marginalizados, os desprovidos de poder.

A Constituição Federal, de 1988, em seu art. 196, ao tratar do direito à saúde, inclui a política de redução de danos como sendo a principal estratégia para o enfrentamento às drogas na sociedade.

De acordo com Bianchini (2007, p. 85) et.al.:

a primeira vez que essa política foi implantada no Brasil foi na cidade de Santos no estado de São Paulo, no ano de 1989, essa etapa iniciou com entrega de seringas estéreis aos usuários de drogas injetáveis. Isso aconteceu em decorrência da epidemia de AIDS e o alto risco de contaminação entre os mesmos.

O primeiro caso normativo aconteceu em 1997, no Estado de São Paulo, que tratou do trabalho dos agentes de redução de danos, por intermédio da Lei Estadual nº. 9.758/97 (BIANCHINI, et.al. 2007, p.89). A redução de danos

foi incorporada às diretrizes do Plano Nacional Antidrogas elaborada pela Secretaria Nacional Antidrogas no ano de 2002, e, mais recentemente, na Política Nacional sobre Drogas (...) em 2005” (BIANCHINI, et.al. 2007, p. 90.).

Conforme aponta Zemel (2010, p. 140), “hoje, já sabemos que a redução de danos é muito maior do que só trocar seringas”.

É necessário lembrar que “até o ano de 1998, o Brasil não contava com uma política nacional específica sobre o tema da redução da demanda e da oferta de drogas” (SENAD, 2009, p. 61). Foi a partir de 1998, após a realização da XX Assembléia Geral das Nações Unidas, cujos termos o Brasil aderiu, que se iniciou um processo de articulação e coordenação de um projeto nacional sobre drogas (SENAD, 2009).

O então Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN) foi transformado no Conselho Nacional Antidrogas (CONAD) e foi criada a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), diretamente vinculada à, então, Casa Militar da Presidência da República. Com a missão de “coordenar a Política Nacional Antidrogas, por meio da articulação e integração entre governo e sociedade” e como Secretaria Executiva do Conselho Nacional Antidrogas, coube à SENAD mobilizar os diversos atores envolvidos com o tema para a criação da primeira política brasileira. Assim, por meio de Decreto Presidencial nº 4.345 de 26 de agosto de 2002, foi instituída a primeira Política Nacional Antidrogas – PNAD do país. (BRASIL, 2013, p. 10)

.Tornou-se necessário criar uma política que ampare o usuário de drogas e que mostre seus direitos e deveres. A Política Nacional Sobre Drogas (PNAD), aprovada em 27 de outubro de 2005, pelo Presidente do Conselho Nacional de Política sobre Drogas (CONAD), veio atender essa necessidade.

A PNAD possui pressupostos, que caracterizam essa resolução, tais como: atingir um ideal de sociedade sem uso de drogas ilícitas e uso indevido de drogas lícitas; realizar um reconhecimento e uma diferenciação entre usuário, traficante e pessoas que fazem uso indevido; tratar igualmente sem discriminação pessoas usuárias ou dependentes de drogas; proporcionar ao usuário e à sociedade um conhecimento sobre drogas, alertando que as ilícitas sustentam atividades criminosas; garantir direitos a tratamento adequado para pessoas com dependência; priorizar a prevenção, por ser mais eficaz a intervenção e pelo menor custo para sociedade; não confundir “reduzir danos” com apoio ao uso indevido de drogas; enfatizar a cooperação nacional e internacional sobre drogas, construir um projeto que visa ações coordenadas por vários órgãos responsáveis pela problemática, entre outros.

A Política Nacional sobre Drogas estabelece como primeiro objetivo informar a população sobre os danos sociais e transtornos negativos causados pelo uso indevido de drogas; educar, informar, capacitar e formar pessoas para diminuir a demanda de oferta e danos, entre outros.

Esses objetivos, de acordo com a PNAD, destinam-se à redução do uso de drogas ilícitas, pois dessa forma reduzem a criminalidade e os danos causados aos usuários, danos sociais, físicos e biológicos. A conscientização das pessoas trabalhando a prevenção do uso faz com que os indivíduos se tornem mais informados, assim acredita-se que diminuirão o uso drogas.

O álcool é uma droga legalizada e, de acordo com a OMS (2012), cerca de 3,3 milhões de pessoas morreram em decorrência do consumo de álcool em 2012, por causas que variaram desde câncer até a violência. Os brasileiros bebem mais que a média mundial - o consumo médio no Brasil é de 8,7 litros por pessoa por ano, sendo que o consumo mundial para pessoas acima de 15 anos é de 6,2 litros por pessoa por ano. No Brasil, a diferença entre homens e mulheres é alta. A taxa masculina chega a 13,6 litros de álcool por ano, sendo que a das mulheres é de apenas 4,2.

O uso abusivo de drogas tornou-se problema de saúde pública no nosso país, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (2003), cerca de 10% das populações dos centros urbanos do mundo, consomem de maneira excessiva substâncias psicoativas, independentemente da idade, sexo, nível de instrução e

poder aquisitivo. Isso significa que o consumo de drogas independe das características físicas e sua condição financeira.

Diversos estudos brasileiros têm apontado o crescimento do consumo de álcool entre jovens e adolescentes. No mundo todo, cerca de 200 milhões de pessoas – quase 5% da população entre 15 e 64 anos – usam drogas ilícitas pelo menos uma vez por ano. Em torno da metade usa drogas frequentemente, isto é, em média uma vez por mês. A droga mais consumida no mundo é a cannabis (maconha e haxixe). Cerca de 4% da população mundial entre 15-64 anos usa cannabis, enquanto 1% usa estimulantes do grupo anfetamínico, cocaína e opiáceos. O uso de heroína é um problema em uma grande parte do mundo: 75% dos países enfrentam problemas com o consumo da droga (UNODC, 2010).

A proibição de drogas presente na Lei nº. 11.343/2006 traz um conceito coletivo sobre droga em seu artigo 1º, parágrafo único-

consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.

Nota-se que o objetivo desta lei é coibir o tráfico de drogas, fazer uma diferenciação entre traficante e usuário, aumentar a pena para quem trafica droga e mostrar que o usuário necessita da ajuda do Estado para ter o tratamento necessário. Com essas medidas o usuário torna-se uma responsabilidade do Estado.

De acordo com o Art. 66, parágrafo único que reafirma o art. 1º desta Lei, relacionam-se as substâncias que causam dependência. Até que seja atualizada denominam-se drogas substâncias entorpecentes e psicotrópicas que são substâncias que podem determinar dependência física ou psíquica, como: maconha, LSD, cocaína, anfetaminas, barbitúricos, cocaína, inalantes ou solventes, entre outras e precursoras que são substâncias utilizadas para a obtenção de entorpecentes ou psicotrópicos como: 1-fenil-2-propanona, ácido antranílico, ácido fenilacético, ergometrina, ergotamina, isosafrol e insumos químicos que também são precursores de entorpecentes como acetona, ácido clorídrico, ácido sulfúrico, anidrido acético e outras, sob controle especial.

O intuito da Lei foi o de evitar, a qualquer custo, a aplicação de pena privativa de liberdade ao usuário de drogas. Partindo-se da premissa de que a reclusão do usuário ou dependente não teria qualquer benefício seja à saúde individual, seja à saúde pública, o legislador determinou a aplicação de outras penas não

privativas de liberdade, as quais chamou, eufemisticamente, de “medidas educativas”. Analisando a nova Lei, verifica-se que em nenhuma hipótese poderá ser aplicada pena privativa de liberdade ao usuário (MENDONÇA; CARVALHO, 2008, p. 46)

Silveira e Moreira (2006) apresentam uma breve análise sobre os tipos de drogas:

(...) destacam as drogas psicoativas quanto à origem e à estrutura química, apontando a existência de três grupos: as drogas naturais, plantas com princípios psicoativos; as semi-sintéticas, resultantes de manipulação química em drogas naturais; e as sintéticas, obtidas através de processos químicos que dispensam o uso de substâncias vegetais para sua elaboração (SILVEIRA E MOREIRA, 2006, p. 47)

Segundo Caldeira (1999), o primeiro contato com as drogas, muitas vezes, ocorre na adolescência. Esse primeiro contato na adolescência vem condizer com a vulnerabilidade do adolescente nesta fase.

Para Queiroz (2001),

Nessa fase, o indivíduo passa por bruscas mudanças biológicas e psíquicas, sendo a etapa mais vulnerável de todo o desenvolvimento humano. Quanto mais cedo o indivíduo iniciar o uso de álcool ou tabaco, maior será a vulnerabilidade para que desenvolva a dependência ou abuso das mesmas substâncias e o uso concomitante de drogas ilícitas (QUEIROZ, 2001, p.45).

Na atualidade, a maioria dos adolescentes começa o uso de álcool dentro da própria casa e vê esse consumo pelos pais, tios e demais familiares diariamente. Assim, pode-se perceber essa situação, como um estímulo para o jovem e eles passam a reproduzir esse comportamento em outros lugares, com outras pessoas, colocando em risco o seu desenvolvimento e tornando-se mais vulnerável.

Para Rassial (1997):

As manifestações e necessidades da adolescência se relacionam com o período de indecisão subjetiva e de incerteza social que a constituem. O que caracterizaria o adolescente é estar em uma "posição no intervalo", constituída pelo fato de não ser nem completamente criança, nem completamente adulto, ao mesmo tempo em que família e instituições demandam que ele se reconheça ora como criança, ora como adulto, agravando a sensação de dúvida e a necessidade de busca por novos lugares (subjetiva e socialmente) e novas identificações, agora fora da família. Entre duas leis (a criança brinca/o adulto trabalha) a adolescência é o momento de uma "tentação nômade" (1997, p. 14).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta o álcool como sendo a droga mais consumida por crianças e adolescentes. A média de idade, no Brasil, para o primeiro uso de álcool é de 12,5 anos.

De acordo Lima e Paula (2004, p. 6),

Os jovens são considerados "grupo de risco" na medida em que a modernidade os concebe como sujeitos desprovidos de autocontrole e ainda não totalmente socializados nas normas e regras sociais e, portanto, localiza neles potenciais perigos ao equilíbrio societal.

Campos (1985) assinala alguns fatores que aumentam a vulnerabilidade dos adolescentes ao uso de drogas, conforme se segue:

A desorganização emocional; o baixo nível intelectual; o não encontro do eu, nem do significado da vida; a dificuldade de separar a fantasia da realidade; a sexualidade não desenvolvida ou com base em falsos conceitos; a dificuldade de afirmação profissional; o mau relacionamento com a família ou com os mais velhos; a timidez, que leva a uma falta de sociabilidade; a falta de confiança e segurança; tudo isso pode levar o jovem à fuga e à procura das drogas...(CAMPOS,1985, p. 87)

De acordo com Campos (1985), qualquer indivíduo pode se tornar vulnerável ao uso de drogas, tanto lícita como ilícita, basta qualquer das etapas de desenvolvimento do adolescente não serem atingidas ou serem antecipadas.

4. SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS (SISNAD)

O SISNAD é um meio que visa certificar orientação central sobre drogas e atividades realizadas no ambiente de prevenção ao uso de drogas. A partir dele, efetivou-se o Conselho Nacional Antidrogas e dessa maneira abriu-se um espaço para relação entre governo e cidadãos de forma amigável.

Em 23 de julho de 2008, foi instituída a Lei nº 11.754, por meio da qual o Conselho Nacional Antidrogas passou a se chamar Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD). A nova Lei também alterou o nome da Secretaria Nacional Antidrogas para Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD). Essa mudança marcou a história das políticas públicas brasileiras, pois a nomenclatura nova abrange mais os temas propostos, passando de "Antidrogas" (que afasta a

população usuária) para “sobre drogas” (que integra essa população). Desta forma a sociedade se sente como parte da política, e percebe que a política irá garantir os direitos do cidadão usuário.

O SISNAD apresenta algumas formas de lidar com o usuário e com o abuso de drogas:

Art. 3º O SISNAD tem a finalidade de articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com:

- I - a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas;
- II - a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas. (BRASIL, 2006, p.3)

O SISNAD possui princípios que garantem os direitos dos usuários e da comunidade que são:

Art. 4º apresentam-se os princípios do SISNAD onde inclui o respeito aos direitos do indivíduo quanto a autonomia dele e liberdade, respeito à diversidade da população, promoção de valores, promoções de consensos nacionais, de ampla participação social, promoção de divisão de responsabilidades entre Estado e Sociedade, dentre outros. (BRASIL, 2006, p.4)

O SISNAD possui objetivos apresentados no Art. 5º, o principal deles é “contribuir para a inclusão social do cidadão, visando a torná-lo menos vulnerável a assumir comportamentos de risco para o uso indevido de drogas, seu tráfico ilícito e outros comportamentos correlacionados.” (BRASIL, 2006, p. 5).

Dessa forma, seu objetivo é reinserir socialmente o usuário ou ex- usuário de drogas, passando assim à sociedade, da qual é excluído e onde também é seu lugar e tornando-o mais resistente ao tráfico e aos riscos que o uso abusivo causa, assim ele se tornará mais confiante para prosseguir em meio à sociedade.

De acordo com Art. 7º, “a organização do SISNAD assegura a orientação central e a execução descentralizada das atividades realizadas em seu âmbito, nas esferas federal, distrital, estadual e municipal e se constitui matéria definida no regulamento desta Lei”.

Sendo assim, para uma organização eficaz das Políticas sobre Drogas devem-se descentralizar as atividades. Sendo o SISNAD um sistema em três dimensões: federal, estadual e municipal, pode-se produzir melhor atendimento à sociedade como um todo, atingindo o país inteiro, mas para isso é necessário que cada dimensão faça sua parte. O PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) é uma ação do SISNAD, que tem como objetivo ensinar o não uso de drogas e combater incentivos à violência. O programa é desenvolvido

por policiais militares treinados, em escolas públicas e privadas, com crianças e adolescentes que frequentam o ensino fundamental e relaciona diretamente o uso de drogas à violência.

Compreender a efetividade e eficácia desse Programa seria um importante recurso para a construção de conhecimentos sobre ações preventivas ao uso com crianças e adolescente. Devido a questões logísticas e institucionais o presente estudo não tem como foco avaliar o PROERD, mas tem como diretriz, conhecer se programas como esse têm sido identificados pela produção científica e, se identificados, como têm sido avaliados.

4.1. PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA (PROERD)

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) é um programa educacional que visa à prevenção ao uso de drogas, que pode manifestar por necessidade própria ou da sociedade ou como forma de minimizar danos futuros ao ser humano. De acordo com sua cartilha publicada em 2010, esse programa tem sido abraçado por 50 estados americanos e 58 países, atingindo uma proporção global com o nome D.A.R.E.. Para que ocorra sua implantação é necessário saber se a sociedade possui a demanda necessária com base em estudos e pesquisas sobre o assunto.

O PROERD foi implantado no Brasil em 1992 pela Polícia Militar, no Rio de Janeiro. No Tocantins existe desde 2002, através da iniciativa da Polícia Militar, que tem como objetivo principal a prevenção às drogas e combate de ações que gerem violência. Segundo Silveira e Moreira (2006), a prevenção diz respeito às ações voltadas para a diminuição de problemas de saúde relacionados ao uso de drogas.

Esse programa é realizado por policiais militares juntamente com os alunos do ensino fundamental do 5º ano ao 7º ano, durante dez semanas, com uma aula por semana, ele é organizado de acordo com um programa dos EUA que deu início em 1983, o Drug Abuse Resistance Education (D.A.R.E.).

Segundo as pesquisas encontradas, em geral, a instrução oferecida pelo programa DARE/PROERD leva o jovem a ter maior consciência acerca dos riscos do uso de drogas, tendo maior impacto positivo em relação à percepção das consequências do

uso dessas substâncias, mas não o impede de utilizá-la. Esses jovens também demonstraram um aumento positivo da percepção do poder de influência da mídia em relação às drogas, além da percepção do comportamento de pressão exercida por colegas usuários de algum tipo de substância psicoativa (HARMON, 1993, p. 67).

Para Harmon (1993), o PROERD visa aumentar a informação do jovem com relação ao uso de drogas, ensiná-lo a perceber o incentivo ao uso de drogas pelos colegas e repassar o ensinamento sobre a forma de dizer “não”.

De acordo com Rodrigues (2003), o PROERD no Brasil está em todos os estados brasileiros, desde 2002, e vai a escolas para ensinar aos alunos sobre drogas lícitas e ilícitas, mostrando a eles que seus comportamentos causam consequências e é necessário saber tomar a decisão certa. Desenvolve a autoestima, orientando descobrir e bloquear as amizades que lhe incentivam ao uso das drogas.

A Polícia Militar há alguns anos tem se empenhado para que, através do PROERD, sejam oferecidas atividades educativas com a intenção de atingir seu público, esses por sua vez são crianças de 09-12 anos, assim ajuda a progredir as suas potencialidades, formando crianças mais conscientes das obrigações com a sociedade e seus direitos também.

Conforme o PROERD, a sua filosofia se baseia:

[...] na utilização do policial fardado, principalmente no trabalho de prevenção às drogas em escolas, através do desenvolvimento na criança de habilidades que possibilitem às mesmas se manterem afastadas das drogas lícitas e ilícitas. Trata-se de uma vacina no comportamento contra as drogas e a violência, abordando o modelo de educação afetiva, do estilo de vida saudável, criando condições para que a criança aprenda a lidar com sua ansiedade, resistindo às pressões dos companheiros, elevando sua auto-estima, e ainda solidificando noções de cidadania e da convivência harmoniosa (BRASIL, 1992).

De acordo com a Polícia Militar do Tocantins, no ano passado, foram atendidas um total de 236.784 crianças e adolescentes. O programa possui 132 instrutores habilitados a passar o curso desenvolvendo a prevenção nas escolas e comunidades do Estado, trabalhando com professores, pais e alunos.

5. METODOLOGIA

Este estudo é uma pesquisa bibliográfica, que, de acordo com Gil, 2008, é realizada com base em insumos produzidos, principalmente livros e artigos científicos.

O objetivo metodológico é uma Pesquisa Exploratória que:

Visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. (GIL, 1991 apud SILVA; MENEZES, 2001, p. 21).

Esta pesquisa tem por objetivo conhecer o que se tem produzido cientificamente a respeito do uso de drogas e dos cursos preventivos com adolescentes. Realizou-se uma busca no site de artigos científicos Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando sequências de palavras. Buscaram-se publicações datadas de 2010 em diante.

Tendo esse objetivo, realizou-se a primeira busca utilizando o seguinte grupo de palavras: cursos preventivos; drogas. Nessa combinação, apareceu apenas uma publicação. Então, tornou-se necessário combinar outro grupo de palavras, dessa forma, as palavras usadas para a segunda busca foram: adolescentes; drogas; prevenção. Nessa combinação, foram identificadas 18 publicações sobre a temática. Após essa identificação, foi realizada uma pesquisa preliminar, buscando, entre esses 19 artigos¹, aqueles que fossem da área da psicologia. Nessa busca identificou-se somente um artigo relacionado à psicologia.

¹ A lista com os nomes e autores dos artigos está no apêndice.

Após essa etapa, foram realizadas as leituras dos 19 artigos encontrados, a fim de identificar nessas publicações pesquisas e estudos que fizessem referência a cursos preventivos com adolescentes, bem como conhecer o que tem sido publicado sobre essa temática e estabelecer qual é a área que mais publica, já que a psicologia tinha apenas uma publicação a partir da busca. As análises dos artigos foram desenvolvidas tendo por referência a área de publicação, o assunto central e, prioritariamente, como a prevenção ao uso tem sido abordada pelos autores.

A partir dessa leitura construiu-se um quadro contendo ano de publicação, título do artigo e autor, o mesmo consta nos apêndices deste trabalho.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados encontrados com o levantamento de dados bibliográficos foram embasados nos 19 artigos encontrados a partir da busca por palavras-chaves.

Uma das informações, a partir da pesquisa bibliográfica, que pode ser considerada importante é a existência de poucos artigos que fazem referência a cursos preventivos com adolescentes. Dos 19 artigos encontrados somente um foi encontrado com as palavras de busca cursos preventivos e drogas. Esse artigo abordava a importância dos cursos preventivos, de acordo com Veloza et.al.(2012, p. 8):

Acreditamos que o desenvolvimento de programas de prevenção deve envolver estes aspectos, a fim de aumentar as chances de gerar um grande impacto sobre o fenômeno da droga, uma situação que, infelizmente, continua a ser um grave problema social, econômico e político mundial.

Do total de artigos encontrados, oito apontam em seus resultados a necessidade de melhorias nos programas de prevenção ou de implementação de programas preventivos ao uso de drogas com adolescentes. Como pontua Sanchez (2011, p.10), a informação também possui grande colaboração para o uso, ou não uso, de drogas na adolescência:

A disponibilidade de informações a respeito de drogas e das implicações de seu uso despontou como importante fator protetor contra o consumo de drogas entre adolescentes e jovens em situações de risco. A informação consistiu como principal motivo

de não uso de drogas entre adolescentes e jovens adultos que nunca experimentaram drogas ilícitas, sugerindo que sua utilização, especialmente no ambiente familiar, poderia melhorar a eficácia de programas de prevenção dirigidos a adolescentes e jovens em situações de risco. Dentre os meios de divulgação da informação sobre drogas, a informação trazida pela família mostrou-se como a de maior impacto e a adquirida no ambiente escolar destacou-se como o de menor relevância, refletindo, talvez, a inadequação da abordagem desta temática nas escolas. Esses resultados sugerem a necessidade de ampla reflexão sobre possíveis meios para se aproveitar a informação como um dos alicerces das medidas preventivas em programas na escola e o planejamento de programas de prevenção que desenvolvam habilidades educativas e de comunicação na cena familiar, conscientizando os pais da importância que eles têm como agentes de saúde para seus filhos.

Assim, é notório que há uma necessidade de aumentar e melhorar as informações sobre a prevenção do uso de drogas, principalmente em escolas, que é o local onde se encontra a maioria dos adolescentes e com as famílias, que foram consideradas no estudo de Sanchez (2011) o meio de comunicação de maior impacto na atitude dos adolescentes com relação às drogas.

Outro artigo, com objetivo de identificar o uso de drogas lícitas e ilícitas em adolescentes em situação de violência sexual, aborda a prevenção voltada para adolescentes que estão em vulnerabilidade social. De acordo com Jesus et.al. (2011, p.7):

Frente aos resultados, é possível apontar para a necessidade de políticas e estratégias voltadas para o diálogo, em que se possam compartilhar dúvidas e curiosidades, alertando os jovens quanto às diversas situações de risco nessa fase. Nesse sentido, movimentos intersetoriais podem trazer bons resultados, como a atuação conjunta da Saúde, Educação, Antropologia, Serviço Social, entre outras áreas, unificando e efetivando programas que incluam os adolescentes na prioridade da prevenção. Destaca-se a escola e a família como duas instituições importantes na adesão dos adolescentes a esses programas.

Dos artigos que abordam a prevenção, seis apontam a importância dos familiares, principalmente dos pais na prevenção do uso de drogas. A família possui grande importância para o consumo de drogas lícitas ou ilícitas, como aponta Jesus (2011, p. 17) “a maioria dos adolescentes (62,4% dos meninos e 72,4% das meninas) tem certeza de serem amados pelos pais, enquanto 21,7% dos meninos e 14,2% das meninas apenas acham que sim”.

Jesus et.al. (2011, p.5) diz ainda que:

Ter certeza de serem amados pelos pais constitui-se fator considerado essencial para a redução da vulnerabilidade, pois para estudiosos, a separação dos pais, rejeição pelos mesmos, problemas de relacionamento, conflitos familiares, uso de álcool ou drogas por pais e irmãos, ausência de normas e regras claras (limites), falta de apoio, de diálogo e de orientação, relações afetivas precárias e falta de monitoramento constante dos filhos por parte dos pais contribui

diretamente para que o adolescente se envolva ou não com drogas ilícitas, bebidas alcoólicas e tabagismo.

De acordo com Malta (2011, p.09):

O núcleo familiar constitui-se em lócus fundamental para o desenvolvimento dos adolescentes, tornando-se muito importante o apoio dos pais. O papel da família nesta fase da vida é essencial e tem grande importância na promoção da saúde deste grupo etário. A família não é a única influência para o desenvolvimento e/ou proteção do uso destas substâncias, mas exerce um papel fundamental que necessita ser incentivado e estudado. O estudo atual acaba por identificar o efeito protetor da presença e supervisão dos pais na prevenção de comportamentos considerados prejudiciais aos jovens. Esta constatação reforça a importância de laços familiares bem estruturados na vida dos adolescentes e na prevenção do álcool, das drogas e do tabaco

Percebe-se que o afeto entre pais, filhos, irmãos e demais familiares, pode ajudar na prevenção do uso de drogas. Sendo assim, é necessário que a família desenvolva um afeto seguro, que os pais construam regras, usem o diálogo com seus filhos e apresentem um relacionamento saudável para que reduza a probabilidade deste filho adolescente envolver com drogas.

Outro artigo aprofunda, citando que os adolescentes que avaliam seus pais como não autoritários têm associação com o uso de drogas. Como mostra Benchaya (2011, p.07), ao afirmar que o modo autoritário com que a mãe educa seu filho diminui as chances de os adolescentes usarem drogas:

o estilo autoritativo materno contribui para a prevenção do uso de drogas e que o estilo autoritativo paterno tende a estar associado ao não abuso de drogas. Cabe ressaltar que a identificação da associação entre os estilos parentais e o uso e abuso de drogas pode ser realizada em serviços de atenção à saúde, contribuindo para a prevenção desses problemas e para a promoção de relações familiares mais saudáveis.

Em três artigos é apontada a urgência em aprimorar o serviço dos enfermeiros de atenção básica (unidade de saúde da família), na priorização da promoção de saúde e prevenção do uso de drogas, não somente nos postos de saúde, mas em meios escolares também, para uma autoeficácia frente ao consumo de drogas em adolescentes.

De acordo com Valenca (2013, p.06):

o enfermeiro deve atuar com uma abordagem ao adolescente usuário de drogas pautada na integralidade e na ética, compreendendo-o como pessoa integrada em uma conjuntura social, familiar e educativa. Essa abordagem, que considera a subjetividade desse indivíduo em maturação e em uma condição de fragilidade pessoal e moral, causada pelo uso da droga, deve envolver família, escolas, instituições de tratamento reabilitador e comunidade. (...) Como educador, o enfermeiro deve priorizar a promoção da saúde do adolescente em uma perspectiva emancipatória que ressalta a sua

corresponsabilidade e participação na luta e prevenção do uso de drogas. Para exercer esse papel abrangente, é necessário articular a intersetorialidade e a transdisciplinaridade.

Dessa forma, pode-se perceber a importância da priorização do enfermeiro na assistência básica de saúde e sua extensão em demais áreas da comunidade, articulando juntamente com escolas, família e comunidade. De modo geral, todos os 8 artigos encontrados, que abordavam a prevenção ao uso de drogas com adolescentes, dão muito destaque à abordagem preventiva nas escolas, seja por iniciativa da própria escola ou pelo serviço de atenção básica de saúde.

Além do mais, todos os artigos que fizeram referência à prevenção foram contundentes ao avaliar a família como importante agente a ser inserido na prevenção, pois ela (a família) será o principal mediador para o adolescente.

Fazendo interface com o PROERD, pode-se destacar que o programa se desenvolve na escola e que, portanto, pode ser uma das possíveis estratégias de prevenção que podem contribuir com o não uso ou abuso de drogas pelos adolescentes, já que as publicações têm destacado a escola como um importante espaço para o desenvolvimento de cursos de prevenção.

Por outro lado, as famílias, destacadas nas publicações revisadas como importantes agentes, têm sido negligenciadas na prevenção. Essas não são contempladas pelo PROERD, ressaltando a necessidade de se implementar ações preventivas que efetivamente as envolvam.

Uma outra informação importante identificada, a partir das análises, foi o fato de, pela busca geral, ser encontrada apenas uma publicação da área da psicologia. Com isso pode-se perceber que a psicologia está alheia a respeito do tema de prevenção ao uso de drogas. Essa única publicação encontrada aponta que a ansiedade não patológica, pode aumentar o consumo de drogas lícitas como o álcool, como afirma Lopes (2013, p.7):

a relação entre ansiedade e consumo de substâncias psicoativas nos adolescentes foi mais destacada nas bebidas alcoólicas, pois houve relação no uso no ano e frequente com a ansiedade. O álcool foi a substância mais consumida em todas as modalidades. Essa relação se faz compreensível, uma vez que o álcool é uma substância lícita de ampla aceitação social, de fácil aquisição e culturalmente valorizada.

Lopes (2013, p. 9), aponta que são necessárias melhorias na prevenção e uma discussão sobre ansiedade:

A ansiedade também precisa ser discutida e trabalhada, uma vez que o ensino médio envolve a preparação para o vestibular, ingresso na universidade, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): situações que geram ansiedade. É necessário realizar projetos não só de prevenção de drogas, mas que promovam saúde e visem aumentar a reflexão sobre o estilo de vida e a ansiedade.

Assim, percebe-se que a ansiedade além de alterar a qualidade de vida do indivíduo, influencia no uso de drogas. A ansiedade deve ser levada a sério, pois ela influencia na qualidade de vida do indivíduo e no seu cotidiano, impossibilitando realizações de atividades simples do dia-a-dia e tornando o adolescente mais vulnerável ao uso ou abuso de drogas.

Lopes(2013, s.p.), também postula a importância do diálogo familiar e escolar:

É de grande importância que exista um diálogo franco e aberto entre escola, família e sociedade: um diálogo que envolva especificamente os adolescentes; que discuta o consumo de substâncias psicoativas, e não apenas enfatize seus efeitos negativos, as consequências do consumo - pois isso não evita que haja a experimentação, nem a curiosidade acerca das drogas -, mas que desperte nos adolescentes o entendimento, a percepção do significado social e de saúde que isso tem.

Desta forma, no artigo da psicologia ocorre uma reafirmação do que foi dito da responsabilidade da família e da escola na prevenção ao uso de drogas. O artigo da psicologia complementa a abordagem preventiva, ao inserir informações sobre sintomas que podem levar o adolescente ao uso e sobre a prevenção desses sintomas, trazendo assim novas contribuições quando coloca a ansiedade como um sintoma passível de controle e prevenção. Faz-se a ressalva apenas ao fato de, em 19 publicações sobre essa temática, apenas uma é da psicologia, área de conhecimento que tem muito a contribuir com os estudos e reflexões sobre o uso e abuso de drogas por adolescentes.

Sendo assim, o destaque ao trabalho preventivo nas escolas e à inclusão das famílias tem sido as principais discussões que permeiam as publicações recentes sobre o uso de drogas pelos adolescentes na contemporaneidade. Por outro lado, não foi encontrada nenhuma publicação que faça referência a cursos, como o desenvolvido pelo PROERD, indicando a necessidade de que esses cursos sejam contemplados pelo olhar da academia e pelas pesquisas, para que a sua efetividade possa ser avaliada.

Quanto à área de publicação, foi identificado que a área que mais tem publicado sobre essa temática é a enfermagem, sendo que dos 19 artigos 3 eram de

enfermagem. Essa informação demarca a enfermagem como a área mais envolvida nas ações de cuidado e prevenção ao uso de drogas e aponta a necessidade de que outras áreas também tomem assento nessa discussão, já que essa temática tão complexa exige o olhar interdisciplinar.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acerca dos dados encontrados nota-se que há uma grande necessidade de desenvolvimento de cursos preventivos ou programas de prevenção ao uso de drogas, voltados principalmente para os adolescentes. Percebe-se também, a imprescindibilidade de avaliação de cursos já existentes para os adolescentes, como o curso do PROERD, podendo ser analisada sua metodologia de aplicação do curso e sua eficácia. O PROERD é um curso preventivo realizado pela Polícia Militar, aplicado em pré-adolescentes e adolescentes em escolas públicas e privadas, que busca prevenir o uso de drogas e combater a violência, que foi implantado no Brasil há 23 anos e no Tocantins há 13 anos.

A parceria com a academia, para realização de pesquisas e avaliação de ações, como as desenvolvidas pelo PROERD, pode apontar necessidades de modificações importantes em sua metodologia e, principalmente, universalizar o programa, fazendo com que ele atue em mais escolas, atendendo, assim, mais alunos e melhorando as práticas preventivas nesses locais. Essa parceria iria ao

encontro dos resultados apontados, os quais realçam a importância das escolas no processo de prevenção ao uso de drogas. Os cursos preventivos devem se aliar as escolas e aos familiares de alunos, assim estenderá ainda mais a eficácia dos cursos e fará com que esse conhecimento seja revisto e reforçado pelos familiares diariamente em suas casas e sua comunidade.

Constata-se através desta pesquisa, que a área da psicologia está realizando poucas publicações sobre prevenção, assim, é preciso que a área se volte para este tema, pois é de suma importância para o campo, entendendo que a prevenção ao uso de drogas é também atuação da psicologia. A psicologia comunitária é uma importante área que pode realizar mais estudos correspondentes a sua forma de atuação.

É de suma importância garantir os direitos previstos no ECA para crianças e adolescentes, tais como o direito a saúde, a educação e a convivência familiar, este último sendo fomentado pelas políticas sociais através de equipamentos como os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). De acordo com o Art. 4º:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

No Art. 205 da Constituição Federal, vem reafirmar o Art. 4º do ECA:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Dessa forma, percebe-se que os Arts. trazem uma responsabilidade para o Estado, a comunidade e a família, assim entende-se que a família tem que reestabelecer seus laços afetivos, voltando-se para o adolescente ou a criança com o intuito de auxiliar melhor no seu desenvolvimento. Percebe-se, então, que essa população terá apoio familiar capaz de ser um grande agente preventivo ao uso de drogas. Segundo os artigos encontrados nos resultados da pesquisa, essa junção entre estado, comunidade e família ajuda na diminuição do risco de envolvimento com drogas e violência, e cursos desenvolvidos em escolas como o do PROERD, são importantes, mas não são as principais formas de prevenção.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A. *et al. Adolescência*, Porto Alegre: Artes Médicas, 1983

ACOSTA, Laura Débora; FERNANDEZ, Alicia Ruth; PILLON, Sandra Cristina. Factores sociales para el uso de alcohol en adolescentes y jóvenes. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto , v. 19, n. spe, p. 771-781, June 2011 .

Available from

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692011000700015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692011000700015&lng=en&nrm=iso) &lng=en&nrm=iso>. access on 27 May 2015.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692011000700015>.

ALBORNOZ, Ana Celina G. **Psicoterapia com crianças e adolescentes institucionalizados**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

ALMEIDA, Ana Rita Silva. **O que é Afetividade?** Reflexões para um conceito. s.d. Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/o_que_e_afetividade.asp. Acesso em 17 de Agosto de 2014.

BENCHAYA, Mariana C et al . Pais não autoritativos e o impacto no uso de drogas: a percepção dos filhos adolescentes Non-authoritative parents and impact on drug use: the perception of adolescent children. **J. Pediatr. (Rio J.)**, Porto Alegre , v. 87, n. 3, p. 238-244, June 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572011000300010 &lng=en&nrm=iso>. access on 27 May 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0021-75572011000300010>.

BIANCHINI, Alice et al. **Lei de Drogas Comentada**. 2 ed. rev., atual. e ampl. Coordenação de Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

BOCK, Ana Maria Mercês Bahia, **Psicologias**: uma introdução ao estudo da Psicologia, 13ª edição Reformando e ampliado – S. Paulo – Saraiva, 2002.

BOCK, Ana M. B., FURTADO, O., TEIXEIRA, M. de L. T.; **Psicologias**: Uma introdução ao estudo de psicologia. Pág. 98-110. , 13 ed., São Paulo, Saraiva, 2002.

BRASIL. **Cartilha Crack, é possível vencer**. Enfrentar o crack. Compromisso de todos. Brasília, 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2.006**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em 17 de Agosto de 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **SENAD**: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Levantamento sobre Consumo de Álcool e outras Drogas por Povos Indígenas. No prelo.

_____ **Decreto Nº 5.912, DE 27 de Setembro de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5912.htm.

Acesso em 18 de Maio de 2014.

_____ **Estatuto da Criança e do Adolescente**. (1990, 16 set.). Lei Federal nº 80 69/1990. Diário Oficial da União (Brasília, DF).

_____ **Legislação e Políticas Públicas sobre Drogas no Brasil**. Disponível em: http://www.fortaleza.ce.gov.br/sites/default/files/legislacao_no_brasil.pdf. Acesso em 18 de Maio de 2014.

_____ **Política Nacional sobre Drogas (PNAD)**. Disponível em: <http://www.senad.gov.br/>. Acesso em 10 de Abril de 2014.

_____ **Programa Educacional de Resistência às Drogas**; Brasil, 1992. Disponível em: <<http://www.proerdbrasil.com.br/>>, Acesso 10 de Abril de 2014.

_____ **Resolução CNS No 466**, de 12 de dezembro de 2012, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

_____ **Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**, 2013. Disponível em: <http://www.senad.gov.br/>. Acesso em 10 de Abril de 2014.

_____ **Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. 2006**.

BUCHELE, Fátima & CRUZ, Débora Domiceli de Oliveira et al, **Aspectos socioculturais ao uso de álcool e outras drogas**. In _____ : **Prevenção ao uso indevido de drogas**: Curso de Capacitação para Conselheiros Municipais. Brasília: Presidência da República, Secretaria Nacional Antidrogas, 2008,65-77.

CALDEIRA, Z. F. **Drogas, indivíduo e família**: um estudo de relações singulares. 1999. 81 f. Dissertação (Mestrado) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1999.

CAMPOS. Dinah Martins de Souza. **Psicologia da Adolescência**: Normalidade e Psicopatologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

CARLINI, COTRIM, B. **Pesquisas Epidemiológicas sobre o uso de drogas por estudantes**: um manual de orientações gerais. In: Consumo de drogas psicotrópicas no Brasil. Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/b58p/06.pdf>>. Acesso em: 17 de Agosto de 2014.

CARLINI, E. A.; GALDURÓZ, J. C. F.; NOTO, A. R.; NAPPO, S. A. **I Levantamento Domiciliar Sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil**. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), 2002. Disponível em: <www.obid.senad.gov.br/OBID/Portal>. Acesso em: 17 de Agosto de 2014.

CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS. **V Levantamento Nacional Sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras, 2004**. São Paulo: CEBRID, 2004.

CHALITA, Gabriel. **Educação**: a solução está no afeto. São Paulo: Editora Gente, 2001.

CID-MONCKTON, Patricia; PEDRAO, Luiz Jorge. Factores familiares protectores y de riesgo relacionados al consumo de drogas en adolescentes. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto , v. 19, n. spe, p. 738-745, June 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692011000700011&lng=en&nrm=iso>. access on 27 May 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692011000700011>.

CRUZ F. **Brasil é o maior mercado consumidor de crack do mundo, aponta estudo [Internet]**. Brasília (DF): **Agência Brasil**; 2012 Set 09. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-09-05/brasil-e-maior-mercado-consumidor-de-crack-do-mundo-aponta-estudo> Acesso em: 22 de Maio de 2014.

_____**V Levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino nas 27 capitais brasileiras**. (2006). Brasília: Departamento de Psicologia da Escola Paulista de Medicina e Secretaria Nacional Antidrogas. <www.obid.senad.gov.br/OBID/Portal>. Acesso em: 17 de Agosto de 2014.

GARCIA, Jairo Jose; PILLON, Sandra Cristina; SANTOS, Manoel Antônio dos. Relações entre contexto familiar e uso de drogas em adolescentes de ensino médio. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto , v. 19, n. spe, p. 753-761, June 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692011000700013&lng=en&nrm=iso>. access on 27 May 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692011000700013>.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARMON, M. A. **Reducing the Risk of Drug Involvement Among Early Adolescents: An Evaluation of Drug Abuse Resistance Education (DARE)**.

IBGE, **Censo 2010**. Disponível em:<<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/caracteristicas-da-populacao>>. Acesso 18 de Novembro de 2014.

JESUS, Flávia Barbosa de et al . Vulnerabilidade na adolescência: a experiência e expressão do adolescente. **Rev. Gaúcha Enferm. (Online)**, Porto Alegre , v. 32, n. 2, p. 359-367, June 2011 . Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472011000200021&lng=en&nrm=iso>. access on 27 May 2015.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1983-14472011000200021>.

KARAM, M. L. **Direitos Humanos, laço social e drogas: por uma política solidária com o sofrimento humano**. Conferência de abertura do VII Seminário Nacional Psicologia e Direitos Humanos. Brasília, DF, Nov. 2011. Promovido pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP) – Brasília-DF – novembro 2011.

LIMA, Renato Sérgio e PAULA, Liana. **Juventude, Temor e Insegurança no Brasil**. IN. 2004.

LOPES, Andressa Pereira; REZENDE, Manuel Morgado. Ansiedade e consumo de substâncias psicoativas em adolescentes. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 30, n. 1, p. 49-56, Mar. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2013000100006&lng=en&nrm=iso>. access on 27 May 2015.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2013000100006>.

MALTA, Deborah Carvalho et al. Psychoactive substance use, family context and mental health among Brazilian adolescents, National Adolescent School-based Health Survey (PeNSE 2012). **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo, v. 17, supl. 1, p. 46-61, 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2014000500046&lng=en&nrm=iso>. access on 27 May 2015.
<http://dx.doi.org/10.1590/1809-4503201400050005>.

MALTA, Deborah Carvalho et al. Família e proteção ao uso de tabaco, álcool e drogas em adolescentes, Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo, v. 14, supl. 1, p. 166-177, Sept. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2011000500017>

&lng=en&nrm=iso>. access on 27 May 2015.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-790X2011000500017>

MATOS, Anny Marquardt de et al . Consumo frequente de bebidas alcoólicas por adolescentes escolares: estudo de fatores associados. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo , v. 13, n. 2, p. 302-313, June 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415790X2010000200012 &lng=en&nrm=iso>. access on 27 May 2015.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-790X2010000200012>

MELO HURTADO, Dora Stella; NASCIMENTO, Lucila Castanheira. Autoeficacia y actitud hacia el consumo de drogas en la infancia: explorando los conceptos. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto , v. 18, n. spe, p. 655-662, June 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692010000700024 &lng=en&nrm=iso>. access on 27 May 2015.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692010000700024>.

MENDES, Paula Xavier Gums et al . A experiência de uma prática preventiva com adolescentes em situação de risco. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro , v. 14, n. 3, p. 543-550, Sept. 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452010000300016 &lng=en&nrm=iso>. access on 27 May 2015.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-81452010000300016>

MENDONÇA, Andrey Borges de; CARVALHO, Paulo Roberto Galvão de. **Lei de Drogas**: Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006. São Paulo: Método, 2007.

_____**Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994. 207 p.
 EvaluationReview, Apr 1993; 17: 221 - 239.

ONU. **Declaração dos Direitos Humanos**. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso 20 de Maio de 2014.

PIAGET, Jean. **Epistemologia Genética**. 1ª Ed. São Paulo. Martins Fontes, 2002.

POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ. **Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD)**. Disponível em: <<http://www.pm.ce.gov.br/subordinados/proerd/historico-do-proerd>>. Acesso em: 09 de Maio de 2014.

PORTARIA SVS/MS, N° 344 de Maio de 1998. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/hotsite/talidomida/legis/Portaria_344_98.pdf. Acesso 17 de Abril de 2014.

QUEIROZ, S. et al. Uso de drogas entre estudantes de uma escola pública de São Paulo. **Rev. Psiq. Clín.** v. 28, n. 4, p. 176-182, 2001. Disponível em: <revistas.unipar.br>, Acesso 10 de Abril de 2014.

RASSIAL, Jean-Jacques. **A Passagem Adolescente: da Família ao Laço Conjugal**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

RODRIGUES, Oscar. **Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência – PROERD: Proposta de Criação de Manual para Regularizar as Atividades em Mato Grosso do Sul**, 2003. 170 fls., Campo Grande: UNIDERP, 2003. (Trabalho Monográfico).

SANCHEZ, Zila van der Meer et al. O papel da informação como medida preventiva ao uso de drogas entre jovens em situação de risco. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, p. 1257-1266, 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000700058&lng=en&nrm=iso>. access on 27 May 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000700058>.

SEIBEL, Sérgio Dario; TOSCANO JR., Alfredo. **Dependência de drogas**. São Paulo: Atheneu, 2001.

SILVA, E. L. MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVEIRA, Dartiu Xavier da; MOREIRA, Fernanda Gonçalves. (org.) **Panorama atual de drogas e dependências**. São Paulo: Atheneu, 2006.

SOLEDAD, Maria Burrone, et al . Análisis de la frecuencia de experimentación y consumo de drogas de alumnos de escuelas de nivel medio. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto , v. 18, n. spe, p. 648-654, June 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692010000700023 &lng=en&nrm=iso>. access on 27 May 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692010000700023>.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. Mundial sobre Drogas, 2010. Brasília: UNODC Brasil e Cone Sul, 2010. Disponível em: <http://www.unodc.org/brazil/pt/prevencao_drogas.html>. Acesso em 10 de Maio de 2015.

VALENCA, Cecilia Nogueira et al . Abordagem da dependencia de substancias psicoativas na adolescencia: reflexao etica para a enfermagem. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro , v. 17, n. 3, p. 562-567, Aug. 2013 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452013000300562 &lng=en&nrm=iso>. access on 27 May 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-81452013000300022>.

VELOZA, Mónica Gomez, et al . Medio social y uso simultáneo de alcohol y tabaco en estudiantes universitarios de pregrado de carreras de ciencias de la salud de una universidad, Cundinamarca - Colombia. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 21, n. spe, p. 41-48, 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072012000500005

&lng=en&nrm=iso>. access on 10 June 2015.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072012000500005>.

VIGOTSKI, L. S. **A Formação social da mente**, São Paulo, Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

VIGOTSKY, Lev, Semenovich, **Psicologia Pedagógica**, 3ª ed -São Paulo- Martins Fontes, 2010.

ZEMEL, Maria de Lurdes. **Prevenção** – novas formas de pensar e enfrentar o problema. In: **Prevenção ao Uso Indevido de Drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias**. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. 3 ed. Brasília: 2010.

APÊNDICES

QUADRO 1.

Nome do Artigo	Palavras de Busca	Ano de Publicação	Autor
Ambiente social e uso simultâneo de álcool e tabaco entre estudantes universitários dos cursos de graduação em ciências da saúde de uma universidade, Cundinamarca – Colômbia.	Cursos preventivos e drogas.	2012	Mónica Gomez Veloza
Autoeficácia e atitude frente ao consumo de drogas na infância: explorando conceitos.	Adolescentes, drogas e prevenção.	2010	Dora Stella Melo Hurtado e Lucila Castanheira Nascimento.
A experiência de uma prática preventiva com adolescentes em situação de risco.	Adolescentes, drogas e prevenção.	2010	Paula Xavier Gums Mendes
Família e proteção ao uso de tabaco, álcool e drogas em adolescentes, Pesquisa	Adolescentes, drogas e prevenção.	2011	Deborah Carvalho Malta

Nacional de Saúde dos Escolares.			
Análise da frequência de experimentação e consumo de drogas em alunos de escolas de ensino médio.	Adolescentes, drogas e prevenção.	2010	Maria Soledad Burrone,
Fatores protetores e de riscos familiares, relacionados ao consumo de drogas em adolescentes.	Adolescentes, drogas e prevenção.	2011	Patricia Cid-Monckton e Luiz Jorge Perdrão
Abordagem da dependência de substâncias psicoativas na adolescência: reflexão ética para a enfermagem.	Adolescentes, drogas e prevenção.	2013	Cecilia Nogueira Valença
Pais não autoritativos e o impacto no uso de drogas: a percepção dos filhos adolescentes.	Adolescentes, drogas e prevenção.	2011	Mariana Benchaya,
O papel da informação como medida preventiva ao uso de drogas entre jovens em situação de risco.	Adolescentes, drogas e prevenção.	2011	Zila van der Meer Sanchez,
Relações entre contexto familiar e uso de drogas em adolescentes de ensino médio.	Adolescentes, drogas e prevenção.	2011	Jairo Jose Garcia, Sandra Cristina Pillon e Manoel Antônio dos Santos,
Uso de substâncias psicoativas, contexto familiar e saúde mental entre adolescentes brasileiros, Inquérito de Saúde do Escolar Nacional Adolescente (PeNSE 2012).	Adolescentes, drogas e prevenção.	2014	Deborah Carvalho Malta

Vulnerabilidade na adolescência: a experiência e expressão do adolescente.	Adolescentes, drogas e prevenção.	2011	Flávia Barbosa Jesus
Fatores sociais para o uso de álcool em adolescentes e jovens.	Adolescentes, drogas e prevenção.	2011	Laura Débora Acosta, Alicia Ruth Fernandez e Sandra Cristina Pillon
Comportamento de violência e fatores associados entre estudantes de Barra do Garças, MT.	Adolescentes, drogas e prevenção.	2011	Marta de Lima Castro, Sergio Souza da Cunha e Delma P. Oliveira de Souza
Ansiedade e consumo de substâncias psicoativas em adolescentes.	Adolescentes, drogas e prevenção.	2013	Andressa Pereira Lopes e Manuel Morgado Rezende
Consumo frequente de bebidas alcoólicas por adolescentes escolares: estudo de fatores associados.	Adolescentes, drogas e prevenção.	2010	Analy Marquardt Matos
A associação entre trabalho de crianças e adolescentes e tabagismo: um estudo transversal no sul do Brasil	Adolescentes, drogas e prevenção	2011	Marinel Mór Dall'agnol, Ana Claudia Gastal Fassa e Luiz Augusto Facchini
Prevalência de transtornos psiquiátricos em jovens infratores na cidade do Rio de Janeiro (RJ, Brasil): estudo de gênero e relação com a gravidade do delito	Adolescentes, drogas e prevenção	2011	Renata Candido De Andrade et. al.
Ideação suicida em adolescentes de 11 a 15	Adolescentes, drogas e prevenção	2009	Luciano Dias de Mattos Souza, et. al.

anos: prevalência e fatores associados			
--	--	--	--

Área da Psicologia

Nome do Artigo	Palavras de Busca	Ano de Publicação
Ansiedade e consumo de substâncias psicoativas em adolescentes.	Adolescentes, drogas e prevenção.	2013